

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

9

CONFLITO E
CONFLITUALIDADES

NÚMERO 9, 2023
3.ª SÉRIE

I|U

A LÍNGUA:
ASSIMILAÇÃO E RESISTÊNCIA.
O CASO DA LUSITÂNIA ROMANA

*The language: assimilation or resistance.
Roman Lusitania*

JOSÉ d'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do
Património, Faculdade de Letras*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_14

Texto recebido em / Text submitted on: 06/03/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 23/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série
pp. 301-324

RESUMO

Procura mostrar-se como, na Lusitânia romana, a língua foi indispensável elemento da aculturação entre o Romano invasor e os indígenas residentes. A prévia menção a casos da atualidade insere-se na ideia de que, para melhor compreender o Passado, o historiador deve saber olhar para o presente, a fim de saber retirar dele as necessárias ilações. Afinal, a natureza humana manteve-se praticamente imutável.

Palavras-chave: Lusitânia romana; aculturação linguística; divindades indígenas; onomástica; bilinguismo.

ABSTRACT

At the time of the Roman conquest in *Hispania*, the indigenous words to identify persons, deities and villages were maintained in the epigraphic monuments, with, nevertheless, the Roman facies. So, we can say that the language acted as an very important way to the assimilation, without real resistance.

Keywords: Roman Lusitania; linguistic acculturation; indigenous divinities; onomastics; bilingualism.

INTRODUÇÃO

Ao apresentarem o tema fulcral deste número da revista *Biblos*, “Conflitos e conflitualidades”, afirmavam, a dado passo, os seus responsáveis:

Se as sociedades complexas são caracterizadas por graus elevados de tensão e de conflito, as instituições sociais e os valores são considerados elementos de consenso, de resistência, essenciais para garantirem a sua persistência e o progresso.

E assinalava-se, mais adiante:

Pretende-se dar um enfoque particular ao momento que atravessamos na Europa e no mundo.

À primeira vista, portanto, propor um olhar ao que, na Lusitânia romana, se passou há 2000 anos afigurar-se-á, no mínimo, estranho e inoportuno. Porventura, não. E sobre isso ora se pretende refletir, não sem, antes, se tecerem considerações que, apesar de óbvias, podem contribuir para melhor se avaliarem as circunstâncias dos conflitos.

1. A LÍNGUA, NA ATUALIDADE

No que concerne à escrita em língua portuguesa adotaram-se normas artificialmente criadas pelo chamado Novo Acordo Ortográfico, resultante do tratado internacional, assinado, em 1990, pela Academia de Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras e delegações dos restantes países abrangidos pelo acordo: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe assim como Timor-Leste. O principal objetivo era, no entender dos seus promotores, unificar a ortografia do português em todos os países de língua oficial portuguesa (PALOP), promovendo a unidade intercontinental.

A essa assimilação se opuseram muitas individualidades, por reconhecerem, primeiro, que não era esse o melhor processo para se fomentar “unidade

intercontinental” e, em segundo lugar, por assim se obnubilar a etimologia latina, que outros países ocidentais haviam mantido: objecto e não objeto, adopção e não adoção...

A cada vez maior internacionalização das relações em todos os domínios tem provocado a adoção do inglês como língua de mais fácil entendimento. Palavras e frases como “the best of”, “newsletter”, “call for papers”, “ok”, “show”, “final four”, “play off”... já fazem parte do luso quotidiano. Longe vai o tempo em que o Latim se prefigurara como língua científica por excelência ou mesmo o francês no século XX. Na atualidade, chegou-se ao extremo de só considerar válido, para efeitos de currículo científico, um artigo redigido em língua inglesa, independentemente do seu conteúdo e, até, da vernaculidade da linguagem usada. O inglês, portanto, como língua de assimilação, facto (quase) consumado, que não deixa de provocar muita resistência e que, inclusive, começa a não ser benquisto pelos próprios cientistas que têm o inglês como língua materna, atendendo à facilidade com que se dissemina terminologia não inteiramente consentânea com os cânones fixados.

Quando Timor foi invadido pela Indonésia, uma das primeiras medidas adotadas foi a proibição do uso da língua portuguesa. Deixou de ser ensinada, foi mesmo proibido o seu ensino nas escolas e tudo se fez para que também não fosse falada. Percebera-se que a manutenção do Português dificultaria muito a assimilação que se pretendia rápida e profunda.

Quando a Rússia tomou a Moldávia, região pertencente à Roménia, idêntica medida se adotou: o alfabeto cirílico abafou o latino, inclusive os epitáfios dos cemitérios escritos em Romeno foram destruídos e substituídos. Notável, nesse domínio, em sentido inverso, o facto de, em 1977, o presidente Nicolae Ceaușescu ter mandado reconstituir inteiramente, em Adamclisi, a partir dos elementos arqueológicos identificados, o *Trophaeum Traiani*, o monumento que, no ano de 109, o imperador Trajano decidira erguer para comemorar a vitória sobre os Dácios (Fig. 1). Não deixa de ser significativa essa atitude da parte do responsável máximo da Roménia, a mostrar o orgulho sentido em pertencer à comunidade dos países de língua latina, nada preocupado com o facto de o monumento comemorar a derrota dos seus antepassados perante o invasor.

Outro fenómeno que – neste âmbito da língua – merece reflexão é o bilinguismo. Caso extremo é, sem dúvida, o de Bruxelas, cidade e população claramente divididas em duas: a dos franco-falantes e a dos que se exprimem em flamengo. Aí, as placas toponímicas apresentam as duas línguas e até nas bandeiras dos autocarros os destinos são bilingues.

Bilingues são também, entre nós, as placas toponímicas de Miranda do Douro (Fig. 2), sendo o primeiro lugar reservado à forma local (Infainç) e o segundo à portuguesa (Ifanes). A demonstração do orgulho de ter sido reconhecido ao mirandês o estatuto de língua nacional.

Na cidade basca de Vitória–Gasteiz, numa ponta da rua, o nome está em basco e na outra em castelhano, o que é inteiramente admissível, não apenas por o basco ser uma língua por completo diversa do castelhano, mas também porque importa manter a identidade local e o basco é língua falada no dia a dia – como, aliás, se está a fomentar esse hábito em terras mirandesas.

Já o fenómeno que se regista na cidade francesa de Toulouse se situa num outro domínio, que, na realidade, não se prende expressamente com os conceitos de assimilação ou de resistência. Situa-se Toulouse na região da Occitânia. Aí se falava o occitano, uma língua de fortes raízes latinas, que por completo caiu em desuso, ninguém o fala e não se aprende na escola. Mas... as placas toponímicas da cidade (Fig. 3) mantêm as duas ortografias: a francesa e a occitana. A francesa (Rue des Lois) em primeiro lugar, a occitana (Carrièra de las Leis) em segundo. A hierarquia a ditar as suas leis!...

2. A LÍNGUA, NA LUSITÂNIA ROMANA

Falar em Lusitanos faz lembrar, de imediato, a sua guerra contra o Romano invasor. Acossados nas suas terras, defenderam-se com unhas e dentes, numa luta de guerrilha, muito semelhante àquelas de que ainda hoje se fala. As figuras de Viriato e de Sertório vêm, portanto, à lembrança, heróis que os livros guindaram ao patamar mais alto e que só a traição teve o condão de vencer.

Essa, a história que vem nos livros, bebida nos relatos dos historiadores mais ou menos seus contemporâneos.

Há, porém, outra história a contar. Como, na atualidade, após a luta mais ou menos mortífera, o que, afinal, acaba por nos interessar são as consequências, sobretudo para quem foi derrotado.

No caso da Lusitânia – e usa-se aqui o termo não no sentido político-administrativo, mas geográfico, o território a sul do rio Douro – os Romanos instalaram-se, de facto; organizaram o território de acordo com as estruturas político-administrativas que alhures haviam dado bons resultados e começaram a explorar as riquezas (por exemplo, mineiras) que mais lhes interessavam do ponto de vista económico.

Os *vestigios arqueológicos* muito nos elucidam acerca das transformações materiais introduzidas. Delas testemunha o muito que ora se conhece de cidades como *Conimbriga*, Idanha-a-Velha (a *civitas Igaeditanorum*), *Olisipo*, *Ebora*, *Pax Iulia*, *Ossonoba*, *Balsa*... E de mui sumptuosas *villae*, como a que se identificou em Torre de Palma (Monforte), no Rabaçal (Penela), em Pisões (junto a Beja) ou em Milreu (perto de Faro). Também se soube que, em Aljustrel (o *vicus Vipascensis*), foram pioneiros na extração de minérios de ferro e cobre, não desprezando os filões de ouro e prata que adregassem topar. E na península de Tróia (concelho de Grândola), no estuário do rio Sado, fabricaram *garum*, apreciado condimento que para Roma abundantemente se exportou.

Há, porém, outra ciência que nos permite penetrar mais a fundo no quotidiano dessa época e é capaz de responder à pergunta: e, no dia a dia, como era? Como foi o relacionamento? Respeitaram-se, nomeadamente, as tradições, os costumes? E as fronteiras dos agrupamentos familiares ou outros pré-existentes?

São, na verdade, os *testemunhos epigráficos* que nos dão a possibilidade de responder satisfatoriamente a essas questões. Epigrafia é a ciência que estuda as inscrições deixadas em materiais que perduraram até hoje e a decifração e enquadramento histórico dessas epígrafes vem, pois, ao nosso auxílio, sobretudo na questão que ora nos prende: a de sabermos qual foi o papel desempenhado pela língua. Os indígenas não falavam Latim; os Romanos trouxeram o Latim – como se deu a aculturação? Ou houve resistência – como a que atrás referenciávamos, no atual País Basco e na Catalunha, para citarmos dois casos mais do nosso conhecimento?

Dir-se-á, em primeiro lugar, que escrever, deixar um testemunho duradouro representa para o Homem de todos os tempos uma sedução. Não nos admiramos, por isso, de ver, no Pergamonmuseum de Berlim, uma estátua dos tempos mesopotâmicos pejada de caracteres cuneiformes; ou as paredes de um templo ou de um túmulo egípcio literalmente preenchidas por hieróglifos. Daí que os indígenas peninsulares depressa houvessem adotado o hábito epigráfico romano. Aliás – como as estelas epigrafadas do Sudoeste bem o demonstram – esse hábito já tinham e hoje continua a faltar-nos uma estela bilingue (como foi a sorte de Champollion em relação à Pedra de Roseta) para logarmos decifrar o que nelas foi escrito. Tinham o hábito, bastava agora adaptarem-se aos novos modelos, que – diga-se desde já – a princípio muito mantiveram do que já era comum.

E onde é que entra, então, a língua e como é que, através das inscrições, poderemos falar de resistência ou assimilação?

Tal como na atualidade se observa, os aspetos materiais são os primeiros a ser adotados, sem distúrbios de maior. Para nós, portanto, o mais interessante, do ponto de vista da análise histórica, é a escrita, a morfologia, a sintaxe. Bem, a sintaxe não terá muito a ver, porque a inscrição representa uma mensagem sintética, em que, como nas atuais *sms*, tudo se resume aos vocábulos mais significativos.

A paulatina apropriação do hábito epigráfico levou, por conseguinte, os indígenas a copiarem o que os Romanos faziam, no que concerne – e estes dois são os aspetos que mais nos interessam e que, porventura, a eles também mais interessavam – aos defuntos e às divindades. No fundo, se as relações com os outros eram relevantes, para tudo correr na melhor harmonia, as relações com o Além constituíam, no quotidiano, o que mais importava resolver.

2.1. A ONOMÁSTICA

E ao investigador particularmente diz respeito o modo de identificação.

Primeiro: os nomes indígenas foram latinizados. É assim que nos aparecem nas inscrições. E como sabemos que são indígenas? – perguntar-se-á. Essa tem sido, ao longo de décadas, a tarefa dos linguistas, mormente porque

ambicionam, através da análise etimológica e conhecendo os radicais comuns, por exemplo, às línguas derivadas do indo-europeu, descobrir donde é que esse antropónimo derivou e se, através do conhecimento dessa derivação, se poderá ajuizar duma origem celta, ibérica ou celtibérica da terminologia...

Depois, pouco a pouco se foi compreendendo a flexão: se a palavra deveria ficar em dativo, em nominativo ou noutra caso. Não cremos, no entanto, que tenha havido 'lições'; tudo se terá passado ao nível da observação atenta, até porque, decerto, rapidamente se criaram, junto aos principais centros de consumo, oficinas de canteiros para lavar letreiros nas pedras e os formulários estereotipados depressa entraram em uso.

Um exemplo será suscetível de melhor nos elucidar: Fig. 4.

Trata-se de uma placa de granito toscamente trabalhada, que desde 1972 se expõe no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco (Ferreira, 2004: nº 7). Não custa a acreditar que haja sido preparada numa oficina local, aproveitando a pedra que estaria mais à mão, sem preocupações estéticas de alindamento geométrico. Aliás, embora haja algum cuidado no espaçamento interlinear, verifica-se que a gravação, à goiva, foi feita sobre eventual minuta esgrafitada à mão levantada, sem régua.

Interpreta-se sem dificuldade, desdobrando a sigla e completando uma palavra:

TVRACIA / SAELGI(i) · F(*ilia*) / STATVS · HI[C] / EST

Em português:

Aqui jaz Turácia, filha de Saélgio.

A classificação da defunta como indígena baseia-se no facto de o seu nome não constar entre os nomes latinos e de se identificar não à maneira latina mas com apenas um antropónimo seguido da filiação.

Estávamos seguramente perante um universo social restrito, como – vamos imaginar – o das nossas aldeias ou mesmo vilas de há não muitos anos, em que toda a gente se conhecia. Havia diversos Zés, muitas Marias e

o modo de se distinguirem era não o apelido, como o virá a ser mais tarde, mas a indicação do nome do pai ou da mãe ou, até, do marido ou da mulher – que, neste âmbito e nesses ambientes, não havia distinção de género. Aliás, permita-se-me que refira a surpresa que tive, a 18 de novembro de 2021, quando, num restaurante de Riachos (Torres Vedras), me apresentaram uma garrafa e um copo com os dizeres “ZÉ DA LEONOR – A marca da nossa história”: a identificação do vinicultor pelo nome da mãe (porventura) e a consciência de que essa forma de identificar marcava a identidade local...

Por vezes – deve acrescentar-se (voltando à época romana) – até o F – de *filius*, *filia* – se subentendia e ficava, por exemplo, *Avitianus Aviti*, “Avitiano de Avito”.

Falta, todavia, a outra justificação: a da análise linguística.

Começemos por dois “clássicos” neste domínio: Manuel Palomar Lapesa e María Lourdes Albertos.

“El elemento *Tur-*”, sentencia Palomar (1957: 107), “aparece en muy numerosos nombres célticos. Sin duba corresponde al del término del antiguo irlandés *turas* ‘fuerte’, ‘poderoso’”. Cita uma série de antropónimos e teónimos com esse radical, entre eles *Turobrica*, da Bética, e os étnicos *Turones* (da Gália) e *Turoli* (Lusitânia).

Essa ideia de ‘forte’ é corroborada por Albertos, que refere, por exemplo, **turos*, ‘rebosante de salud, fuerte’ (1966: 236).

José María Vallejo Ruiz (2005) dedicou-se acuradamente a refletir sobre quanto se escrevera desde os primeiros passos em que os estudos epigráficos começaram a revelar antropónimos e teónimos estranhos à normalidade latina. Além de Manuel Palomar Lapesa e María Lourdes Albertos, muitos foram – e ainda são – os linguistas que os analisaram: Iulius Pokorny (1949), Adolfo Coelho (1880), José Leite de Vasconcelos¹, Antonio Tovar (1949), Alfred Holder (1896-1907), Albert J. Carnoy (1906), entre outros, que me

¹ Leite de Vasconcelos deu início, em 1887, à publicação da *Revista Lusitana*, que tinha como subtítulo *Archivo de Estudios Philologicos e Ethnologicos Relativos a Portugal Publicado por J. Leite de Vasconcellos*.

dispensar de citar, pois bastarão estes e a observação dos títulos das suas obras indicadas na bibliografia para nos darmos conta do interesse que estes estudos despertaram, não sem – importa dizê-lo – que por detrás dessa investigação houvesse, amiúde, laivos de intenção política. De facto, se recordarmos a Europa da II Guerra Mundial, facilmente compreendemos não ser inócuo optar por uma etimologia céltica, relacionável com o centro europeu, ou por uma etimologia ibérica, mais propensa a ter ligações com o Norte de África ou a área mediterrânica.

Vejamos, então, em síntese o que pode concluir-se das referências aos antropónimos *Turacia* e *Saelgius* esparsas pelo livro de Vallejo Ruiz.

O antropónimo *Turacia* está incluído no “*corpus* de formas documentadas”, a ilustrar o radical TVRAC- (Vallejo Ruiz, 2005: 437), que o autor considera “maioritariamente lusitano, concentrado em Cáceres”; cita também nesse grupo “*turaku* [<*turakōn] celtibérico”.

Logo aqui somos encaminhados para um universo somente acessível ao linguista (que não obrigatoriamente ao historiador): o signo < significa que *turaku* deriva de *turakōn*; o asterisco denuncia que o termo não é seguro. *Turaku*, esclareça-se, é termo lido numa placa epigrafada, de bronze, achada em Botorrita, Zaragoza (Beltrán Lloris, De Hoz & Untermann, 1996: II.20, 49 e 161). Esses três investigadores viram na lâmina quatro signos geométricos e interpretaram-nos como *turaku*; na página 161, afirmam ser um nome próprio “analizable en la base *turo- (→ *turos*) y los sufijos -āko- y -ōn-”, acrescentando: “En inscripciones latinas hay derivaciones de un NP *Turakos en territorio vetón” – e aduzem também esta inscrição. NP significa nome próprio.

Voltando ao livro de Vallejo (2005) na página 521, *Turacia* exemplifica os casos em que há “geminación en la raíz”, na medida em que também se atestou a forma *Turracia*. Na página 553, no quadro da “derivación en -i-”, *Turacis* é citado como o derivado secundário: *-ky-*. Na página 566, o nome *Turaga* apresenta-se como exemplo da sonorização em *-k->-g*, de que *Tur(r)acia* constitui “la variante sorda”.

Louve-se, pois, o caminho andado; no final, contudo, o que ao historiador interessava saber era se o antropónimo detinha algum significado concreto, se se confirmava aquela hipótese de estar correlacionado com a ideia de força.

Na verdade, há uma impressão geral – poderá ser só ‘impressão’... – de que, na sua origem, mesmo os antropónimos se formaram a partir duma realidade.

Importante, no caso de *Turacia*, é saber que se trata, seguramente, de um nome pré-romano, de etimologia não-latina, grafado, todavia, à maneira latina. Fica-se com a ideia de que pode ter uma etimologia celtibérica, mas o que possa querer dizer permanece sem explicação.

Chegando a tal encruzilhada, sem saber que direção tomar, o historiador pode, até, ceder à tentação de ir à procura de termos latinos aparentados. Aliciante seria, a título de exemplo, a correlação com *turea*, “relativa a incenso”. *Turacia*, ‘aquela donde emanam fragrâncias de incenso’ – até poético serial! Contudo, nem a História nem a Linguística se dariam bem com a Poesia – e vamos ter de permanecer no obscuro.

Vejamus se com *Saelgius* temos mais sorte. Continuamos no domínio da antroponímia indígena, uma vez que o antropónimo se não regista em Latim.

Na página 391, José María Vallejo (2005) inclui *Saelgius* no quadro do radical SAILC- e enumera os seis testemunhos conhecidos da presença deste antropónimo na epigrafia lusitana, cinco dos quais na qualidade de patronímico, como aqui. Parte do princípio de que se trata duma variante de *Sailcius*, “un nombre típico lusitano, no atestiguado en ninguna otra parte” (Vallejo Ruiz, 2005: 392). Na tentativa de uma explicação etimológica, cita, entre outros, Tovar que propôs para *Sailcius* a raiz **saliks* (môlho), em latim *salix*, de **sal-* (cinzento sujo), aceitando a hipótese de ter havido uma metátese: **salik-* > **sailk-* (Vallejo Ruiz, 2005: 392).

Da consulta aos dicionários de Latim, resultou, no entanto, que *salix* designa o salgueiro (árvore), significado basto afastado do que se propõe aqui.

Também *Saelgius* se inclui na “derivação em -i-”, sendo o fonema -gy- “uma derivação secundária” (Vallejo Ruiz, 2005: 553). Na página 582, *Saelgius* é indicado como “variante sonorizada de *Saelcius*”, no quadro da derivação em -g-. Na página 696, o antropónimo é citado entre os exemplos da passagem do ditongo antigo **ai* a *ae*.

Em suma, percurso linguístico feito, também no que concerne a *Saelgius* nada de concreto se poderá concluir, quanto a eventual significado do termo. Confirma-se, porém, a sua característica “lusitana”.

Merece reflexão a fórmula final *status hi(c) est*. Apontamos para *hic* por ser esta a palavra habitual; nada, todavia, nos garante que o C tenha sido pensado e/ou, estando muito à beirinha, se sumiu ou não foi mesmo gravado por falta de espaço. *Status* está por *situs*, que é o termo habitual. E ocorre-nos lembrar a estela da Herdade da Calada (Igrejinha, Arraiolos) que diz *Apano Cilei f. hic situs et statuerunt serores et vidua* (IRCP 416). Ou a estela de Ibahernando, no Museu de Cáceres: *Alluquiu Protaeidi f. hec e stitus* (*t* e *u* em nexa, ponto de separação entre *e* e *s*) – Esteban Ortega 2012, nº 571. Nos três casos, a mesma imperícia: sabe-se exatamente o que se quer dizer – *hic situs est* –, mas há dificuldade em escrever corretamente, com a agravante, no caso de *Turacia*, de que se não compreendeu a necessidade de escrever no feminino (o masculino era o mais normal).

O nosso objetivo é falar da utilização da língua. E o que vemos aqui? O que poderíamos chamar – para usar terminologia contemporânea – uma coexistência pacífica. Se pensarmos, até, que o referido epitáfio de Ibahernando está gravado numa estela da Idade do Ferro, com mais realce fica o que se acaba de verificar.

Paulatinamente, o esquema onomástico latino irá penetrando, sem resistências observáveis. Assim, a bonita estela de Arruda dos Vinhos, no *ager Olisiponensis*, guardada no Museu Nacional de Arqueologia (Ribeiro, 2002: 549, nº 290) mantém toda uma “ambiência de tradição paleohispânica”, bem patente na sua decoração (Fig. 5), e a defunta está identificada como *Annia Maxsuma M(arci) f(ilia)*. A fórmula final já vem em siglas H · S · E; no entanto, a grafia *xs* ainda denota vontade de se explicitar o som a ler e a filiação vem após o *cognomen*, quando, em período de aculturação plena, virá imediatamente depois do *nomen*.

2.2. A TEONÍMIA

Também os teónimos indígenas foram latinizados e não houve qualquer obstrução à continuidade do seu culto (Encarnação, 2023). De facto, cedo a essas divindades foram dedicados monumentos, em jeito de pequenos altares, postos quer no larário familiar quer em santuário, onde várias divindades poderiam ser adoradas.

Estranhos são os seus nomes e a circunstância de poderem assumir variadas grafias denuncia que nem sempre o lapicida compreendia cabalmente os sons que lhe eram transmitidos (Encarnação, 2010). Temos, por exemplo, em dativo – sim, porque depressa mesmo em meio indígena se terá compreendido o mecanismo das declinações – *Trebarune*, *Trebaronne*, *Triboruni* (Encarnação, 2021); *Endovellico*, *Enobolico*, *Indovelico* (Guerra, 2008); *Arantio*, *Arentio*... (Salvado, Rosa e Guerra, 2004).

Dificuldades acrescidas, pois, para os linguistas, que também procuram filiar essa nomenclatura em radicais indo-europeus, na medida em que, tal se referiu em relação à onomástica, com mais razão o nome de uma divindade terá a ver com os seus principais atributos.

Em Chão do Touro, concelho de Idanha-a-Nova, encontrou-se a árula apresentada na Fig. 6 (Vasconcellos, 1905: 322). O nome da divindade, em dativo – *Arentio* – encabeça o letreiro; o(a) dedicante é *Sunua*, filho(a) de *Camalus*, nomes tipicamente lusitanos; a fórmula dedicatória, em siglas – *v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)* – prova de que a aculturação se processou já em plenitude. Pode ter acontecido que o real significado dessa fórmula não tenha sido perfeitamente entendido, porque, na realidade, cada palavra detém uma funda carga significativa: *votum* é a promessa ou, melhor, o voto, porque ao vocábulo está inerente a ideia de ‘entrega’, ‘votar-se a’; *solvit*, à letra “dissolveu”, implica que, com o gesto de colocar o monumento no lugar sagrado, se desfez o vínculo contraído; *libens*, traduzível pela expressão “de livre vontade”, exprime a condição *sine qua non* para que o gesto tenha valor, uma vez que não houve constrangimento algum, ninguém obrigou; finalmente, *merito*, “ao mérito”, é o reconhecimento do poder benfazejo divino.

O teónimo *Arentius* também surge grafado *Arantius* noutra dedicatória. Segundo os linguistas, o radical de que provém teria o significado de “o rio que corre velozmente”. Mais provável é, porém, que haja assumido um sentido de númen protetor, nomeadamente tendo em conta que há inscrições onde se lhe juntam epítetos – *Equotullaicensis*, *Eburobricus*, *Ocelaecus*, *Tanginiciaecus*... –, assim, ao jeito do que, na religião católica, se tem em relação a Nossa Senhora: Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Pranto... E os sufixos *-ensis*, *-icus*, *-aecus* emprestam, na

verdade, esse carácter adjectival, que pode ser em relação a uma família ou grupo de famílias ou uma povoação.

Por exemplo, tem sido sedutor pensar que, em Fundão ou nos seus arredores, se tivesse localizado uma cidade de nome *Eburobriga* (Encarnação, 2008a) e o seu patrono fosse *Arentius*, porque, numa das epígrafes, a *Arentius* e *Arentia* se dá, em dativo, o qualificativo *Eburobricis*, “eburóbrigos” (Salvado, Rosa e Guerra, 2004). Sintomática, a junção do masculino e do feminino, porque, não tendo a divindade um género preciso, cada qual a imaginava no feminino ou no masculino (Encarnação, 2002). Daí a expressão que, por vezes, se encontra em contexto referido a uma só divindade: *sive deus sive dea*, “seja deus ou seja deusa”; e, por isso, há dedicatórias “aos deuses e às deusas” duma cidade – para que nenhum seja omitido!

É, porventura, nos epítetos divinos, que mais valia assume a língua como fator de assimilação, devido à referida função protetora de uma comunidade.

Nesse âmbito nunca será de mais chamar à colação dois altares contemporâneos (do século I d.C.), encontrados, em 2008, na ermida de S. Domingos, em Alcains, por ocasião das obras de requalificação ali efetuadas (Assunção, Encarnação e Guerra, 2009). A ermida terá sido implantada num antigo lugar de culto romano e os dois monumentos explicitam o que se passou nesses primórdios do século I da nossa era.

Lê-se num: *Asidiae / gentilitas / Polturicio/rum ex voto Polturi Caenonis / a(nimo) l(ibens) s(olvit)*, “A Asídia, a gentilidade dos Polturícios, por voto de Poltúrio, de Cenão, cumpriu de livre vontade”. E o outro reza assim: *Asidiae / Polturil/ceae / L(ucius) Attius / Vegetus / v(otum) l(ibens) s(olvit)*, “A Asídia Polturiceia, Lúcio Átio Vegeto cumpriu o voto de livre vontade”.

A língua latina a desempenhar aqui um papel fundamental: a comunidade (*gentilitas*) foi iniciada por um indígena (o antepassado maior), Poltúrio, filho de Cenão; a divindade escolhida para protetora foi Asídia, que, por isso, recebeu o epíteto de Polturiceia, derivada do antropónimo *Polturius*.

Vale a pena recordar que o culto às divindades indígenas não é exclusivo dos indígenas. *Endovellicus*, uma divindade que teve santuário em S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal), viu-se honrada também por um *eques romanus*, *Sextus Cocceius Craterus Honorinus*, de seu nome (IRCP 492).

Por outro lado, também os indígenas se não fazem rogados para venerar as divindades romanas, mormente o seu deus maior, Júpiter. Nesse aspeto, a bonita ara, formalmente de fino recorte clássico, que a lusitana *Dobiteina*, filha de *Docquirus*, dedica a Júpiter ajuntando-lhe os epítetos – que só na literatura se atestam – Supremo e Sumo, constitui testemunho bem elucidativo (Encarnação e Geraldès, 1982).

2.3. O DOMÍNIO ADMINISTRATIVO

Mostram as inscrições que os Romanos aceitaram as designações toponímicas pré-existentes e também não mudaram os nomes dos povos: apenas latinizaram umas e outros (Encarnação, 2023). É de supor que interveio aqui a diplomacia. A transcrição do topónimo em palavra latina não parece, todavia, ter causado resistência. Veja-se que se outorgaram a Évora dois agradáveis epítetos *Liberalitas Iulia*, mas o nome antigo permaneceu: *Ebora*. O mesmo aconteceu com Lisboa: *Felicitas Iulia Olisipo*. De Beja não se encontraram, até ao momento, vestígios de qual teria sido o primitivo nome indígena, que decerto também existiu: nos monumentos só vem *Pax Iulia*.

Há dois altares fundacionais que elucidam cabalmente como a língua foi, nesse âmbito, veículo de integração.

Um é o de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) identificado por José Carlos Caetano e Helena Frade (1998) no seu sítio original, eloquente na concisa simplicidade do seu texto: *Iovi Optumo / Maxumo / civitas / Cobelcorum*. Nem mais nem menos. A comunidade a manifestar o seu preito ao deus maior do colonizador.

O outro foi identificado, em janeiro de 2009 (Fernandes, Carvalho e Figueira, 2008 e 2009), no centro histórico de Viseu pela equipa da Arqueohoje: *Albinus Chaeraeae filius* cumpre, seguramente em nome de toda a sua gente, o voto à divindade local, assumida na forma masculina e feminina assim identificada: *Deiba Borico Deibo Bori(co) Vissaieigo Bo(rico)*. As siglas finais – *v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)* – correspondem ao que de mais latino pode pensar-se; as flexões *deiba* e *deibo*, em vez dos vocábulos latinos *deae*, *deo*, representam uma pronúncia local e será preferível ver nessa opção não

eventual iliteracia mas a vontade de vincar identidade, inclusive não distinguindo os géneros (para retomarmos a reflexão feita atrás a esse propósito)². Identidade que os teónimos e seus epítetos bem assinalam.

Porventura, a divindade é *Boricus*, palavra que se repete três vezes: por extenso e abreviadamente – *Bori(co)* e *Bor(ico)*. A todos interessou de imediato o segundo epíteto, *Vissaeigo*, donde, pela frequente ocorrência do sufixo adjetival *-aicus*, *-aecus* no panorama linguístico pré-romano, se deduziu ser qualificativo toponímico formado a partir, por exemplo, de *Vissaium*, que seria, então, o nome indígena – e depois romano – de Viseu.

Há um outro facto elucidativo do papel da língua nesse contexto (diríamos) diplomático: antes de ser elevada a município, a importante localidade indígena mantém os governantes que escolheu. É certo que, mesmo depois, são os principais representantes da comunidade que anualmente escolhem os duúnviros para os governar; mas, antes, quem superintendia na governação eram membros das famílias mais importantes e os romanos recém-chegados não alteraram o sistema, apenas lhes deram um nome latino, para melhor se entenderem: eram os *magistri*!

Vemos que, antes de o imperador Cláudio ter elevado *Ammaia* a município, por ocasião de lhe ter sido prestada homenagem, em consequência de um voto anual, a cidade se designa *civitas Ammaiensis* e quem aparece a responsabilizar-se pelo ato são dois magistrados indígenas: Próculo, filho de Pisiro, e Omuncião, filho de Cila (IRCP 615). Na 2ª metade do século II, os dedicantes da homenagem ao imperador Lúcio Vero serão os municípios amaienses (IRCP 616) – a evolução terminológica a acompanhar a evolução política!

No ano 16 a.C., o lugar para ser colocado o *orarium* oferecido por um cidadão de *Emerita Augusta* aos Igeditanos (Mantas, 1988) foi indicado *per mag(istros) Toutoni Arcii filii Malgeini Manli filii Celti Arantoni filii* e

² Fernando Patrício Curado identificou o vocábulo *deiba* numa inscrição achada em Proença-a-Velha. E cita, a esse propósito, o comentário de Francisco Villar, que aponta como paralelos o termo indo-europeu **deiwos*, o celta antigo *deva* e o védico *devás* (2008: 129-130).

Ammini Atii f(ilii), ou seja, por *magistri* indígenas, podendo mesmo pensar-se que o estranho uso do genitivo pretende assinalar o seu carácter representativo das respetivas famílias; mas, no ano 1 d.C., a homenagem ao filho adotivo de Augusto, Caio César, por ocasião da sua nomeação como *princeps iuventutis*, já é a *civitas Igaeditanorum* que figura na epígrafe (Sá, 2007: 59).

E já que se falou do imperador Cláudio – sem dúvida, um dos imperadores que mais se preocupou com a organização da Lusitânia e, também, da Hispânia em geral – cumpre realçar, do ponto de vista político-administrativo, a ereção de *termini augustales*, a marcar as fronteiras entre os povos indígenas.

Urgia evitar contendas, mormente no que concerne à divisão de águas e terrenos, e os delegados imperiais, em nome do poder central – ouvidos, seguramente, os representantes locais – implantavam os marcos. Neles figuravam à cabeça o nome do imperador e os seus títulos, mas de cada lado do marco o que vinha era o nome de cada um dos povos.

Um dos exemplos mais relevantes poderá ser a delimitação dos territórios de Arabrigenses e Colarnos, na região hoje do distrito de Viseu, de que se conhecem quatro marcos, algo verdadeiramente fora do comum (Santos e Encarnação, 2023).

CONCLUSÃO

Partimos da reflexão sobre o que se passa na atualidade: os letrados, veículos de uma mensagem pensada, sintética, sintomática. E, influenciados, porventura, pelo quotidiano belicoso em que se vive e em que à linguagem das armas se junta a necessidade de uma comunicação, interrogámo-nos sobre o papel da linguagem falada e escrita: elemento de resistência ou de assimilação? Ou ainda: em tempo de conflitos – como se referia logo no início – que papel pode desempenhar a língua em que nos expressamos?

Procurámos, pois, exemplificar com os testemunhos epigráficos que os Romanos deixaram na Lusitânia, isto é, *grosso modo*, no espaço que é hoje Portugal a sul do rio Douro.

E vimos como se processou sem resistências a aculturação onomástica. O pai ou a mãe têm nome indígena e o filho é capaz de já se identificar à

maneira romana: é o caso de *Aleba Arconis filia* que manda gravar o epítáfio do filho *L(ucius) Iulius Regulus* (Matias, 2019: 152-153).

E as divindades, cujos nomes se latinizaram, começam a ser alvo de dedicatórias como era costume romano.

Os nomes dos povos mantiveram-se. São, por vezes, bem rebarbativos, como os epítetos das respetivas divindades nos mostram (*Dovilonici, Equotullaici...*) – mas não enjeitaram uma língua veicular que todos pudessem entender.

BIBLIOGRAFIA

- Albertos Firmat, M^a Lourdes (1966). *La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Betica*. Salamanca: Universidad.
- Assunção, António; Encarnação, José d'; e Guerra, Amílcar (2009). Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12, 2, 177-189. <http://hdl.handle.net/10316/14377>.
- Beltrán Lloris, Francisco; De Hoz, Javier; e Untermann, Jürgen (1996). *El Tercer Bronce de Botorrita (Contrebia Belaisca)*. Zaragoza: Diputación General de Aragón.
- Carnoy, Albert (1906). *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions: étude linguistique*. Bruxelles: Misch & Thron.
- (1921). *Les Indo-Européens; préhistoire des langues, des mœurs et des croyances de l'Europe*. Bruxelles: Vromant & Co.
- Coelho, Francisco Adolfo (1880). Ensaio de onomatologia celto-ibérica. *Revista de Ethnologia e de Glotologia*, X, 1, 1, 34-41.
- Curado, Fernando Patrício (2009). Epigrafia das Beiras (Notas e correcções – 2). *Eburobriga*, 5, 121-148.
- Encarnação, José d' (2002). O sexo dos deuses romanos. In Ortiz de Zárate, Santos Crespo, e Alonso Ávila, Ángeles (Coord. e Edit.), *Scripta Antiqua* (517-525). Valladolid. <http://hdl.handle.net/10316/26771>.
- (2008). Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d'Endovellicus. In Antonio Sartori (coord.), *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche* (61-71). Milano: Cisalpino (Istituto Editoriale Universitario). <http://hdl.handle.net/10316/9913>
- (2008a). Eburobriga, 'cidade' do teixo. *Eburobriga*, 5, 109-120. <http://hdl.handle.net/10316/10236>
- (2010). Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal – 35 anos depois. *Palaeohispanica*, 10, 525-535. <http://hdl.handle.net/10316/14476>.

- (2021). Trebaruna, divindade lusitana intemporal. *Materiaes*, 5, 37-76. <http://hdl.handle.net/10316/94367>
- (2023). L'iscrizione come strumento d'integrazione culturale nell'Occidente della Lusitania. In Francesca Cenerini; Erica Filippini; Manuela Mongardi; e Daniela Rigato (Coord.), *L'Iscrizione come Strumento d'Integrazione Culturale nella Società Romana (181-189)*. Roma: Carocci Editore.
- e Geraldês, Francisco (1982). Júpiter Supremo Sumo – uma inscrição inédita de Orjais (Covilhã). *Conimbriga*, 211, 135-142. <http://hdl.handle.net/10316/89239>
- Esteban Ortega, Julio (2012). *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. II. Turgalium*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Fernandes, Luís S.; Carvalho, Pedro Sobral; e Figueira, Nádía (2008). Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, 6, 185-189.
- (2009). Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu. *Palaeohispanica*, 9, 143-155.
- Ferreira, Ana Paula Ramos (2004). Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior: Inovação ou Continuidade? *Trabalhos de Arqueologia*, 34. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, nº 7.
- Frade, Helena (1998). Ara a Júpiter da *civitas Cobelcorum*. *Ficheiro Epigráfico*, 58, nº 266.
- Guerra, Amílcar (2008). La documentation épigraphique sur Endovellicus et les nouvelles recherches dans son sanctuaire à S. Miguel da Mota. In R. Haessler e A. C. King (Ed.), *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West*, Série suplementar nº 67, vol. 2, do *Journal of Roman Archaeology*, 159-167.
- Holder, Alfred (1896-1907). *Alt-celtischer Sprachschatz*. 3 vol. Leipzig.
- IRCP = Encarnação, José d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- Mantas, Vasco Gil (1988). Orarium donauit Igaeditanis: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana. *Actas del I Congreso de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela. 1986)*, vol. II, Santiago de Compostela, 415-439.
- Matias, Carla (2019). Epigrafia romana de Mafra. In Ana Caessa e Ricardo Campos (Coord.), *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo – Monumentos Epigráficos (145-168)*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Palomar Lapesa, Manuel (1957). *La Onomástica Personal Pre-latina de la Antigua*. Salamanca.
- Pokorny, Julius (1949-). *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*. 1ª edição: 1949-1950; 2ª: Tübinge – Bern – Munich: A. Francke, 1959-1969.

- Ribeiro, José Cardim (Coord.) (2002). *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Sá, Ana Marques de (2007). *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Município de Idanha-a-Nova.
- Salvado, Pedro; Rosa, João; e Guerra, Amílcar (2004). Um monumento votivo a Arância e Arância, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7, 2, 237-242.
- Santos, José Carlos e Encarnação, José d' (2023). *Terminus augustalis inter Arabrigenses et Colarnos*. *Ficheiro Epigráfico*, 242, inscrição nº 832. <http://hdl.handle.net/10316/105379>
- Tovar, Antonio (1949). *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*. Buenos Aires.
- (1960a). Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas no indoeuropeas. Testimonios antiguos. *Enciclopedia lingüística hispánica*. I. Madrid, 5-26.
- (1960b). Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas indoeuropeas. Testimonios antiguos. *Enciclopedia lingüística hispánica*. I. Madrid, 101-126.
- Untermann, Jürgen (1965). *Elementos para un atlas antroponímico de la Hispania Antigua*. Madrid.
- (1975). *Monumenta Linguarum Hispanicarum*. I. Wiesbaden; II, L. Reichert; III, Wiesbaden, 1990, 2 vols [recensão de António M. Faria in *Conimbriga*, XXX, 1991, 187-197].
- Vallejo Ruiz, José María (2005). *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- Vasconcellos, José Leite de (1905). *Religiões da Lusitânia*. II. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional.



Fig. 1 – Trophaeum Traiani, em Adamclisi.



Fig. 2 – Toponímia em Miranda do Douro.



Fig. 3 – Toponímia em Toulouse.



Fig. 4 – Turacia.



Fig. 5 – Annia Maxsuma.



Fig. 6 – Arentio – Sunua.



1 2



9 0



**IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**
COIMBRA UNIVERSITY PRESS